ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA VOLTADA PARA CRIANÇA COM AUTISMO

ROBERTA RODRIGUES COLAÇO DA SILVA

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo aprofundar a compreensão sobre a importância da educação física profissional na inclusão e desenvolvimento das crianças autistas. Pontuou-se uma breve contextualização sobre a educação física e o educador físico bem como a relação entre a prática de atividade física e atuação do educador físico e sua atuação na educação especial. Um segundo capítulo abordando o autismo: conceito, história, caraterísticas estereotipas e a importância do educador físico nas atividades recreativas da criança autista. O capítulo três trouxe leis de inclusão. Após a revisão bibliográfica, tornou-se evidente que a prática de atividade física adaptada para indivíduos autistas, quando combinada com uma abordagem de intervenção apropriada, resulta em melhorias significativas na qualidade de vida dessas crianças.

Palavras-chave: Autismo; Educação Física; Educador Físico; Intervenção; Educação.

ABSTRACT

The present work aimed to deepen the understanding of the importance of professional physical education in the inclusion and development of autistic children. A brief contextualization of physical education and the physical educator was provided, as well as the relationship between the practice of physical activity and the role of the physical educator and their role in special education. A second chapter covering autism: concept, history, stereotypical characteristics and the importance of the physical educator in the recreational activities of autistic children. Chapter three brought inclusion laws. After the literature review, it became evident that the practice of physical activity adapted for autistic individuals, when combined with an appropriate intervention approach, results in significant improvements in the quality of life of these children.

Key-Words: Autism; Physical education; Physical educator; Intervention; Education.

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolveu-se com base em artigos científicos, revistas e livros que abordassem assuntos a respeito de inclusão voltados especificamente na inclusão de alunos autistas nas aulas de educação física escolar. Quanto aos procedimentos, a pesquisa será bibliográfica pois se valerá de pesquisas em artigos, livros e outros trabalhos já desenvolvidos neste âmbito. Quanto aos objetivos de caráter explicativo. É de natureza aplicada com abordagem qualitativa.

Através de leitura seletiva analítica e interpretativa de todo o material selecionado o estudo se desenvolveu se a fim de verificar a importância dos conteúdos na elaboração do presente trabalho.

Quanto a natureza da pesquisa um trabalho pôde ser classificado, no que diz respeito à sua finalidade, em pesquisa básica ou pesquisa aplicada. O trabalho em questão trata se de pesquisa aplicada uma vez que seu objetivo tende a gerar conhecimento de aplicação prática para resolutividade de problemas específicos envolvendo verdades e interesses locais.

Este trabalho tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre a importância da educação física profissional na inclusão e desenvolvimento das crianças autistas. Foram considerados os benefícios da prática de atividades físicas adaptadas, as estratégias e práticas inclusivas que podem ser adotadas. Portanto, o presente trabalho visa fornecer valiosos teóricos e práticos para a atuação do profissional de educação física, destacando sua importância na promoção do desenvolvimento integral das crianças autistas. Através dessa discussão, busca-se contribuir para a construção de um ambiente mais inclusivo, no qual todas as crianças possam desfrutar dos benefícios proporcionados pela educação física adaptada.

ATUAÇÃO DO EDUCADOR FÍSICO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é uma área educacional voltada para atender às necessidades de in-

divíduos com deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais. Dentro desse contexto, o educador físico desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão, desenvolvimento motor e bem-estar desses alunos. Neste texto, exploraremos o conceito, conceito e a importância do educador físico na Educação Especial.

A Educação Especial é um campo da pedagogia que se concentra na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar regular. Ela visa proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para todos os alunos, independentemente de suas limitações ou deficiências. A inclusão é um princípio central da Educação Especial, que busca eliminar barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

O educador físico desempenha um papel crucial na Educação Especial ao criar um ambiente inclusivo e adaptar atividades físicas de acordo com as necessidades individuais dos alunos. Aqui estão algumas das principais funções desse profissional:

1. Avaliação Individualizada: O educador físico realiza uma avaliação individualizada das habilidades motoras e das necessidades específicas de cada aluno com deficiência. Isso permite o desenvolvimento de programas de atividades adequados e personalizados.
2. Adaptação de Atividades: Com base na avaliação, o educador físico adapta as atividades físicas de acordo com as capacidades e limitações de cada aluno. Essas adaptações podem incluir o uso de equipamentos especiais, modificações nas regras do jogo e a criação de estratégias pedagógicas que facilitem a participação ativa de todos.
3. Promoção da Inclusão Social: O educador físico desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social dos alunos com deficiência. Ele cria um ambiente de apoio, incentiva a interação entre os alunos, promove o respeito às diferenças e combate o estigma associado à deficiência.
4. Desenvolvimento Motor: Além de promover a inclusão, o educador físico trabalha no desenvolvimento das habilidades motoras dos alunos. Isso inclui o aprimoramento da coordenação, equilíbrio, força e resistência, proporcionando uma base sólida para a participação em atividades físicas ao longo da vida.
5. Colaboração Multidisciplinar: O educador físico trabalha em estreita colaboração com outros profissionais da Educação Especial, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Essa colaboração visa oferecer um suporte abrangente aos alunos, considerando todas as suas necessidades.

O educador físico desempenha um papel fundamental na Educação Especial ao criar um ambiente inclusivo, adaptar atividades físicas, promover o desenvolvimento motor e contribuir para a inclusão social dos alunos com deficiência. Sua atuação é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades de participar plenamente das atividades físicas e esportivas.

Embora o papel do educador físico na Educação Especial seja de extrema importância, também é acompanhado por desafios significativos. Além disso, é importante considerar o futuro da Educação Física nesse contexto.

Um dos principais desafios enfrentados pelos educadores físicos na Educação Especial é a falta de recursos e capacitação adequados. Muitas escolas não possuem equipamentos adaptados ou profissionais treinados para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Isso pode dificultar a implementação de programas eficazes de Educação Física inclusiva.

Outro desafio é a diversidade de deficiências e necessidades individuais dos alunos. Cada aluno é único, o que requer abordagens personalizadas e adaptações constantes por parte dos educadores físicos. Isso exige um alto nível de habilidade e flexibilidade por parte desses profissionais.

O futuro da Educação Física na Educação Especial deve incluir um maior investimento em recursos, treinamento e sensibilização. É essencial que as escolas e instituições de ensino superior forneçam formação adequada aos educadores físicos, capacitando-os para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

Além disso, a pesquisa e o desenvolvimento de abordagens inovadoras são fundamentais para melhorar ainda mais a Educação Física inclusiva. Isso pode incluir o desenvolvi-

mento de tecnologias assistivas, programas de treinamento específicos e parcerias com organizações e especialistas em deficiência.
Em conclusão, o educador físico desempenha um papel crucial na Educação Especial, promovendo a inclusão, o desenvolvimento motor e o bem-estar dos alunos com deficiência. No entanto, existem desafios a serem superados, como a falta de recursos e a diversidade das necessidades dos alunos. O futuro da Educação Física na Educação Especial requer investimento em capacitação, pesquisa e inovação para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de participar plenamente das atividades físicas e esportivas, independentemente de suas limitações.
Inicialmente, em 1911, o médico psiquiatra suíço Eugen Bleuler considerava o autismo como um sintoma de condições como esquizofrenia, retardo mental e psicose infantil. Na década de 1940, o médico austríaco psiquiatra Leo Kanner descreveu o autismo como um distúrbio caracterizado pela dificuldade em estabelecer relacionamentos e interações cotidianas com outras pessoas. Ele observou sintomas como deficiências na linguagem, resistência a mudanças, preferência por objetos em vez de pessoas, perturbações associadas à quebra de rotina e falta de resposta ao ambiente, características que ele acreditava estarem presentes desde a infância.
Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o debate sobre o autismo ganhou destaque, principalmente nos Estados Unidos, devido ao surgimento de movimentos sociais e pesquisas no campo do retardo mental e deficiências. Nesse período, devido à desumanização no tratamento desses indivíduos, o médico sueco Bengte Nirje comparou as instituições de tratamento mental a campos de concentração nazistas e propôs o princípio da normalização na cultura americana. Esse princípio defendia que pessoas com desenvolvimento atípico deveriam ter condições de vida semelhantes às da sociedade em geral.
O princípio da normalização representou um avanço na atenção às pessoas com deficiência ou transtornos mentais, que antes eram frequentemente esquecidas e institucionalizadas por longos períodos. No entanto, mesmo com esse progresso em termos de igualdade de direitos, as pessoas com diferenças de desenvolvimento ainda eram vistas sob uma perspectiva puramente orgânica e patológica. Isso refletia o chamado modelo biomédico da deficiência, no qual a pessoa era definida principalmente por sua condição patológica.
Em contraposição ao modelo biomédico da deficiência, o Reino Unido introduziu o modelo social da deficiência na década de 1960, proposto pelo sociólogo Paul Hunt. Nesse modelo, a deficiência é vista como um conjunto de características que vão além da dimensão física, abrangendo a dimensão social e todas as suas complexidades. O indivíduo é compreendido como um organismo complexo, composto pelas dimensões biológica, cognitiva e psicológica, que interagem constantemente com o contexto social em que estão inseridos.
O modelo social da deficiência levanta a questão de quem é considerado deficiente: o indivíduo com características diferentes ou a sociedade que não está preparada para proporcionar igualdade de oportunidades e condições de vida a essas pessoas. Esse modelo sugere que a fronteira entre normalidade e patologia é socialmente determinada pela cultura, ou seja, resulta da interação entre um organismo diferente e uma sociedade que historicamente estabeleceu padrões que esse organismo parece não seguir.
Ao caracterizar o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma deficiência do desenvolvimento, é importante compreender que a definição de desenvolvimento considerado "deficiente" deve ser baseada em uma noção probabilística do que é considerado "normal". O conceito de normalidade é questionável sob a perspectiva do modelo social da deficiência, pois rejeita a suposição de que a deficiência se baseia unicamente em características rotuladas como patológicas ou depreciativas. Seja a deficiência física, mental, intelectual ou sensorial, ela não desqualifica o indivíduo, mas sinaliza a necessidade de a sociedade se adaptar para proporcionar igualdade de oportunidades e interação para aqueles que são diferentes.
É relevante considerar o estigma associado ao termo 'deficiência'. Embora o termo 'pessoas com deficiência' seja amplamente utilizado, é possível adotar terminologia

alternativa, como 'desenvolvimento típico' e 'desenvolvimento atípico'. O TEA é visto como um exemplo de desenvolvimento atípico.

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento daqueles que o vivenciam. Estudos indicam que a prevalência do autismo está em constante crescimento, sendo essencial que a sociedade como um todo esteja preparada para atender às necessidades dessas pessoas. Nesse contexto, a inclusão escolar e social das crianças autistas tem se tornado uma prioridade, buscando proporcionar igualdade de oportunidades e qualidade de vida.

Dentre os diversos profissionais envolvidos no processo de inclusão, destaca-se o papel crucial do profissional de educação física. Através da sua atuação, esse profissional pode contribuir significativamente para a promoção do desenvolvimento motor, social e emocional das crianças autistas, favorecendo sua participação ativa nas atividades físicas e esportivas.

A prática de atividades físicas adaptadas e inclusivas não apenas estimula o desenvolvimento motor das crianças autistas, mas também favorece a interação social, o fortalecimento da autoestima e a melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, o profissional de educação física desempenha um papel de mediador e facilitador, buscando se adaptar às atividades e criar estratégias que atendam às necessidades individuais de cada criança.

Ao ampliar o conhecimento sobre a proteção desse profissional na inclusão das crianças autistas, espera-se contribuir para a formação de educadores físicos mais capacitados e conscientes da importância de uma abordagem inclusiva em suas práticas profissionais. A educação inclusiva em seu conceito possui um estatuto proeminente em todo o mundo em virtude de sua inserção nos documentos relativos à política de várias organizações internacionais, com ênfase nas Nações Unidas (FLORIAN, 1998).

A concretização da inclusão requer a ultrapassagem de muitos desafios, alguns deles quanto à definição de formas pedagógicas mais atuais, qualificação dos professores para serem capazes trabalhar com as diferenças, os alunos e as crianças autistas que necessitam de um atendimento especial, buscando integrar-se ativamente ao processo de inclusão (JESUS; et al, 2009).

O autismo é resultante de uma inadequação no desenvolvimento, com consequências graves durante toda a vida. O transtorno agride cerca de cinco entre dez mil crianças sendo mais comum em meninos e podendo ser notado nos primeiros três anos de idade. Até hoje não se sabe a causa e nem o porquê de as crianças nascerem com o autismo (DIAS; RIBEIRO, 2011).

É difícil o diagnóstico de suas causas, porém é caracterizado pelo comprometimento crítico e geral em inúmeras áreas, o desenvolvimento social tardio, o comprometimento na comunicação, na linguagem e no comportamento. Os estudiosos estão em busca de explicações sobre o transtorno através de estudos realizados na área de herança genética, relacionadas a elementos ambientais (MARQUEZE; RAVAZZI, 2010).

Os sintomas podem ser observados através de anamnese ou entrevista com a própria criança se possível, ou familiar. Dentre os sintomas está a dificuldade nas habilidades linguísticas, físicas e sociais; sensibilidade de audição, sensações anormais no tato, olfato e equilíbrio; atraso na fala e na linguagem, assim como seu modo de se relacionar com objetos e pessoas (DIAS; RIBEIRO, 2011).

Devido às dificuldades qualitativas na interação, comunicação e até mesmo na imaginação, o convívio da criança autista, por meio da inclusão com as outras crianças do ensino regular, no ambiente escolar, é de grande valor, pois estimula o desenvolvimento de suas capacidades interativas impedindo o seu isolamento. Como inclusão é uma forma de movimento mundial na busca de direitos e lugar na sociedade, o local que vai acolher o aluno autista deverá modificar-se e preparar-se para recebê-lo de forma que ele se sinta confiante, tanto com quem irá acompanhar o seu desenvolvimento como também em relação ao ambiente (LOPES; FACHADA, 2012).

O capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) assegura o atendimento à criança especial podendo assim ingressar em escolas de ensino regular (BRASIL: 2006).

A Educação Física escolar é importante, pois contribui em aspectos relacionados à formação geral como o desenvolvimento motor, afetivo, social e cognitivo, visando também o hábito da prática das atividades físicas como sendo fundamentais para uma vida saudável. As atividades, por muitas vezes são realizadas em forma de jogos e brincadeiras por meio da ludicidade, o que desperta o prazer da criança para a sua prática (FELLIPE; JUDITH, 2010).

Assim, o objetivo dessa revisão de literatura, é contribuir para a elaboração de uma abordagem pedagógica nas aulas de Educação Física, buscando expandir conhecimentos sobre suas diversas formas de inclusão e adaptação de alunos autistas nas aulas de Educação Física nas escolas de ensino regular.

Este trabalho teve como objetivo geral contribuir para a inclusão de crianças autistas nas atividades escolares de educação física.

A inclusão da criança com transtorno do espectro autista deve ir muito além da presença em sala de aula almejando o desenvolvimento de habilidades, seus potenciais, aprendizagem no geral e superação das suas próprias dificuldades.

Tendo em vista as políticas de inclusão nas escolas regulares com a oferta de vagas para inserir essas crianças faz-se extremamente necessário que o profissional de educação física também faça parte do processo de desenvolvimento dessa criança.

Ao entender que a atividade física é um comportamento que visa prevenir doenças e manter a qualidade de vida assim como a saúde é necessário salientar a necessidade da decisão e participação dos alunos no âmbito escolar de tal atividade. Compreendendo a necessidade de realizar esta atividade utilizando aspectos educacionais e indissociáveis e oferecendo oportunidades educacionais que colaborem com o desenvolvimento integral, é que a escola tem como responsabilidade formar profissionais devidamente preparados para atender a diversidade de necessidades no que se refere a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Para uma compreensão mais profunda da importância de garantir os direitos das pessoas autistas e da necessidade de promulgar leis que protejam esses direitos, é essencial que tenhamos um amplo entendimento do Transtorno do Espectro Autista. Neste capítulo, A meta é apresentar as principais características do autismo, seu histórico e o seu reconhecimento como uma condição de deficiência.

O termo amplamente reconhecido na terminologia técnica como "Transtorno do Espectro Autista" abrange não apenas o Autismo, mas também todas as condições relacionadas a ele. Nas palavras de Fred Volkmar, professor de Psiquiatria Infantil, Pediatria e Psicologia na Universidade de Yale (2019), esses transtornos compartilham um déficit significativo na interação social como sua característica central definidora. Portanto, o autismo é uma condição de saúde caracterizada por deficiências no comportamento e na comunicação social.

A Lei nº 12.764, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, define o autismo no § 1º do primeiro artigo. De acordo com essa lei, os indivíduos autistas enfrentam desafios na socialização, nas formas de comunicação (sejam elas verbais ou não) e exibem interesses distintos dos habituais, principalmente em sua interação com o ambiente e as pessoas.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

A origem do termo "autismo" remonta a

1911, quando Eugene Bleuler, um psiquiatra suíço, o utilizou para descrever o comportamento de "fuga da realidade" em pacientes esquizofrênicos. Bleuler observou que esses pacientes pareciam viver em um mundo próprio, seguindo seus desejos particulares. Foi somente em 1943 que Leo Kanner definiu o autismo em seu estudo, nomeando-o como "Distúrbio Autístico do Contato Afetivo". Ele baseou sua definição em um estudo de onze casos clínicos de crianças que apresentavam o mesmo comportamento específico previamente descrito por Bleuler. Kanner estabeleceu três grupos de sintomas: dificuldades na interação social, problemas na linguagem e comunicação, e necessidade de repetição ou constância. A partir de seus estudos, o autismo ficou conhecido como "Autismo Infantil Precoce" e foi reconhecido como uma síndrome distinta da esquizofrenia infantil, embora relacionados.

Em 1991, o psiquiatra austríaco Hans Asperger descreveu o comportamento de quatro meninos que se assemelhavam às descrições comportamentais de Kanner. Asperger denominou o fenômeno observado como "Psicopatia Autística na Infância" e concluiu que o autismo era uma condição resultante de uma falha genética, influenciada pela hereditariedade e pelo ambiente em que a criança crescia.

Autismo infantil: Transtorno global do desenvolvimento caracterizado por: a) um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e b) apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo: fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (auto-agressividade).

Esses estudos formam a base para o conceito contemporâneo do autismo e orientam pesquisas científicas e investigações sobre suas causas e tratamentos. O autismo, em termos mais específicos, pode ser definido de acordo com diversos manuais de diagnóstico, como a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) e o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição).

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D). O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos. Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro. O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. (DSM-5, 2014)

O termo "espectro" no Transtorno do Espectro Autista refere-se às várias manifestações comportamentais que podem ocorrer nesse transtorno e à forma variada como ele se apresenta. Isso pode incluir o grau de comprometimento na linguagem, nas habilidades intelectuais, bem como a presença de transtornos coexistentes. Esses fatores podem ser influenciados por causas genéticas, ambientais ou médicas, resultando em diferentes níveis de gravidade.

Na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), o autismo é categorizado no capítulo que trata das funções mentais globais, englobando aspectos como consciência, linguagem, memória e cálculo, que têm um impacto significativo nas funções psicossociais. A CIF difere de outras classificações, pois não se concentra nos problemas de saúde ou nos sintomas, mas sim nas funções e capacidades das pessoas.

Nessa perspectiva o indivíduo com TEA é

analisado de forma singular, sendo necessário considerar a dinâmica do indivíduo em termos de: I) funcionalidade - funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e participação contextual; II) incapacidade - deficiências, limitações de atividade e restrições de participação. (CIF, 2004, apud, REVISTA DE GESTÃO & SAÚDE, 2019.

Embora o conceito de autismo não seja uniforme e necessite de uma abordagem interdisciplinar para ser compreendido em sua totalidade, é possível apontar para hipóteses sobre suas causas e tratamentos. Esse distúrbio do neurodesenvolvimento é amplamente influenciado pela herança genética e, em menor grau, por fatores ambientais. O autismo é caracterizado por graves deficiências no desenvolvimento que surgem geralmente nos primeiros anos de vida e persistem ao longo da vida, afetando o funcionamento cotidiano das pessoas e, em alguns casos, requerendo apoio especializado.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma iniciativa que visa a garantir os direitos de todos os alunos, promovendo a aprendizagem compartilhada e a igualdade, sem discriminação. Isso reflete a mudança de mentalidade na sociedade, a melhoria das políticas públicas e a pressão exercida pelos movimentos sociais sobre o Estado para consolidar os direitos dos indivíduos como membros da sociedade e, principalmente, para efetivar a educação inclusiva nas escolas.

No Brasil, a formação de professores de educação especial começou na década de 1950, com cursos de nível médio que duraram até o final dos anos 1960. Esses cursos tinham duas abordagens principais: uma focada na educação, voltada para deficientes auditivos e visuais, e outra de natureza médico-pedagógica, destinada a deficientes físicos e mentais, caracterizada por uma abordagem terapêutica e técnica. A partir dos anos 1970, a formação de professores de educação especial foi elevada ao nível superior, com cursos de Pedagogia que ofereciam habilitações em Educação Especial. Nesse período, também surgiram os primeiros cursos de especialização, como uma alternativa para a formação de professores nessa área (MAZZOTTA, 2005).

Para atuar na educação especial, os professores devem ter uma base sólida em sua formação inicial e em sua formação continuada, abrangendo tanto conhecimentos gerais para a docência quanto conhecimentos específicos na área da educação especial.

Mantoan (2006) enfatiza a expectativa dos professores em aprender práticas inclusivas, ou seja, uma formação que lhes permita aplicar abordagens de trabalho predefinidas em suas salas de aula para resolver os desafios que encontram em ambientes inclusivos. A profissão docente tornou-se complexa e diversificada, deixando de ser apenas uma transmissão de conhecimento acadêmico para se tornar uma profissão que lida com a transformação de conhecimento científico em saberes escolares.

As mudanças voltadas para a formação de professores capazes de atuar na educação inclusiva podem contribuir significativamente para as transformações nas escolas. O objetivo é promover uma pedagogia centrada no aluno, que, por sua vez, leve à construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças humanas.

O profissional de educação física desempenha um papel crucial no desenvolvimento e bem-estar dos alunos autistas. A educação física pode fornecer uma variedade de benefícios para esses alunos, tanto no aspecto físico quanto no social e emocional.

O nível de comprometimento do professor e da instituição é fundamental na vida de qualquer pessoa no âmbito educacional. Quando tratamos de crianças autistas não existe diferença na importância e por isso é necessária uma visão diferente com relação ao nível de atenção a fim de que métodos ideais estratégias permitam que o professor seja capaz de alcançar o desenvolvimento dessa criança estimulando suas capacidades cognitivas e físicas. (LOPES, 2011)

Estimular as habilidades desses alunos com necessidades especiais nas aulas deve ocorrer através de atividades adaptadas e propostas pelo professor onde haja o comprometimento de não excluir o aluno da aula que é o que ocorre com frequência nas escolas de ensino regular com a desculpa de que visam preservar o aluno de eventualidades que possam acontecer durante as atividades. (FERNANDES, 2015)

Portanto é nesta primeira etapa da educação básica que devemos aprimorar a forma de concretizar a inclusão escolar mediante ações eficazes que possam garantir o direito de participação efetiva da criança no cotidiano escolar. Para que as escolas atendam ao processo de inclusão, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos no ensino regular, onde o cujo processo de ensino precisa de uma revisão, a fim de atender as demanda individuais de cada aluno, independentemente de suas particularidades e diferenças, de modo a adequar e organizar o Currículo Escolar e o Projeto Político Pedagógico da instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade escolar, formando um equilíbrio entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos. Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. (RIASE, 2021)

O objetivo da aula de educação física adaptada é integrar o aluno com necessidades especiais, no caso em questão o autista, em relação a adaptação e às normas disciplinares seja nas aulas técnicas ou práticas. A educação física escolar é importante por contribuir com aspectos que são relacionados à formação geral tais como desenvolvimento social, motor, cognitivo e afetivo visando também o hábito da prática de atividades físicas como um pilar fundamental para uma vida saudável. Tais atividades são realizadas por muitas vezes através de brincadeiras e jogos de forma bem lúdica o que desperta o prazer da criança pela prática (FELLIPE, JUDITH, 2010).

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação social, cultural, pedagógica e política, iniciada em defesa dos direitos de todos os alunos, compartilhando e aprendendo, sem discriminação. A educação especial é resultado da mudança de opinião da sociedade, da melhoria das políticas públicas, da pressão imposta ao Estado pelos movimentos sociais, na consolidação de seus direitos como sujeitos sociais e, principalmente na efetivação da Educação Inclusiva nas escolas. (LOPES, 2011)

Para Tomé (2007) o papel do professor de educação física é fundamental no ensino do aluno autista e consiste em paciência e insistência para a elaboração de um plano de aula estruturado a fim de atender o aluno da forma correta estabelecendo um vínculo positivo e trabalhando no desenvolvimento de sua Independência visando preservar a rotina das atividades atentando parar as atividades que tenham regras, jogos imaginários e gincanas e que possam causar algum tipo de insatisfação e incômodo e até a falta de interesse do aluno pela prática da educação física.

Sendo assim, as relações entre os discentes e os profissionais de educação física devem envolver comportamentos intimamente relacionados em que as atitudes de um desencadeiam ou promovem as atitudes do outro. Deste modo, necessário se faz compreender o aluno não é um fichário detentor de conhecimentos memorizados o necessário, mas sim um ser humano capaz de ter opinião própria participar refletir discutir e manifestar com clareza o que quer ou o que não quer.

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar as abordagens pedagógicas durante as aulas de educação física a fim de expandir o conhecimento acerca das diversas formas de inclusão e adaptação dos alunos autistas nas aulas.

Em decorrência da dificuldade de adaptação e convivência com outras pessoas, que é uma característica da criança com transtorno do espectro autista, não é possível que essa criança possa participar e interagir socialmente das aulas sem que haja o auxílio do professor.

Para que a educação seja de fato inclusiva é necessário muito mais que apenas uma mudança de mentalidade, precisa-se de condições e recursos adequados para cada situação encontrada. Para que isso seja uma realidade o professor precisa vencer o desafio de excluir a visão de incapacidade das pessoas com necessidades especiais e proponha a execução de atividades que valorizem o respeito às diferenças e à múltiplas inteligências. Este processo pode acontecer

de forma lúdica fazendo uso de atividades em grupo podendo envolver música e jogos, desenhos ou outros.

Cabe ao professor buscar maneiras de interagir com as crianças durante as aulas fazendo com que elas interajam de forma espontânea e sem exposição para que não se sintam tão diferentes das outras ocasionando assim a auto exclusão. É fundamental que este professor busque conhecimento para atender da forma correta evitando prejudicar o desenvolvimento dessa criança.

O profissional docente ter qualificação é extremamente importante para que a inclusão seja efetiva. Porém, em alguns casos a condição financeira do profissional o impede de cursar uma pós-graduação. É válido mencionar que a internet é um universo com as portas abertas para quem busca mais conhecimento. Muitos são os cursos online e opões gratuitas que podem auxiliar o professor a se preparar da melhor maneira possível para receber os alunos com necessidades especiais, no geral.

Promover a inclusão de uma criança autista em qualquer atividade escolar, seja ela coletiva ou individual, requer uma atenção especial e sobretudo comprometimento com persistência.

O profissional de educação física pode criar um ambiente inclusivo e acolhedor, onde as crianças autistas se sintam bem-vindas e aceitas. Isso proporciona a oportunidade de interação com os colegas, promovendo a inclusão social e observando o isolamento que muitas vezes é vivenciado por essas crianças.

A Educação Física proporciona aos indivíduos autistas novas formas de expressão, ao mesmo tempo em que promove benefícios significativos para a saúde e aprimora as áreas psicomotoras, sociais e cardiovasculares, reduzindo comportamentos como falta de concentração, impulsividade e hiperatividade. Este estudo também destaca a importância do profissional de educação física no contexto educacional e no desenvolvimento de pessoas com autismo. Através da prática de atividades físicas de maneira positiva, esses profissionais contribuem para melhorar a qualidade de vida e a funcionalidade dos indivíduos afetados por esse transtorno.

Diante do exposto, é essencial realizar mais pesquisas sobre esse tema, a fim de fornecer orientações mais precisas para os profissionais que trabalham com essas crianças, possibilitando um desenvolvimento psicomotor mais eficaz em seus alunos.

Historicamente, o acesso à Educação para Pessoas com Deficiência no Brasil é uma questão relativamente recente e, em algumas situações, enfrenta diversas limitações para ser efetivado. No entanto, é responsabilidade de todos, independentemente de terem deficiências ou não, exercerem seus direitos de cidadania e exigirem a implementação efetiva desses direitos.

Isso requer mais do que apenas a garantia dos direitos (sem subestimar sua importância social), mas também a oferta de uma Educação Especial de alta qualidade, que promova a inclusão real. Simplesmente inserir um aluno com deficiência no ambiente escolar, sem levar em consideração suas necessidades individuais, é um ato de exclusão.

As políticas públicas devem ser mais do que apenas "ideias no papel"; elas devem ser eficazes, visando não apenas o bem-estar dos alunos com deficiência, mas também o de toda a comunidade escolar. Devem reconhecer o papel crucial que as instituições de ensino desempenham na sociedade e sua responsabilidade constitucional em formar cidadãos críticos e reflexivos, preparados não apenas para a cidadania, mas também para o mercado de trabalho (BRASIL, 1988).

A Educação, em todas as suas formas e modalidades, é uma ferramenta poderosa que, quando aliada a diversas instituições sociais, pode transformar o pensamento cultural arraigado que muitas vezes considera as Pessoas com Necessidades Especiais como "incapazes".

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5ª. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARANHA, M. S. F.. Inclusão Social. In: E. J. Manzini (Org.) Educação Especial: Temas Atuais. Unesp. Marília-Publicações, 2000.

BANDEIRA, Gabariela. O que são estereotipias e como trabalha-las no autismo. Genial Care. 2023. Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/estereotipias/>. Acesso em: 27 mar. 2023.
BELISÁRIO FILHO, José Ferrerira. Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento / José Ferreira Belisário Filho, Patrícia Cunha – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
BLEUBER, E. Demencia Precoz. El Grupo de Las Esquizofrenias. Buenos Aires: Ediciones Horme- Editorial Paidós, 1960.
BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: abril.2021.
_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB – Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: jul. de 2023.
_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: mar. 2023.
_____. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm#art2. Acesso em: abr. 2023.
_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2 ed. Secretaria de Educação Especial. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.
COELHO, AB; VILALVA, S e HAUER, RD. Transtorno do espectro autista: educação e saúde. Revista de Gestão & Saúde. v 21(1), p.70-82, 2023.
CONFEF. Conselho Federal de Educação Física. 2002. FERNANDES, Maria Joaquina. A Metodologia da Pesquisa Científica como ferramenta na Comunicação Empresarial.
DIAS, D. B. A.; RIBEIRO, J. C. A educação física como meio facilitador do desenvolvimento psicomotor do indivíduo com autismo. Universo, São Paulo, v. 4, n. 2011. Disponível em: < http://revista.universo.edu.br/index.php>. Acesso em: abr. 2023.
FELLIPE, A. G.; JUDITH, S. C. L. Abordagem da aprendizagem: educação física e inclusão do aluno autista. Revista Lusófona de Educação, Rio de Janeiro, 2010 Disponível em: <http://www.conpef.com.br/anteriores/2013/artigos/18.pdf>. Acesso em: abr. 2023.
GUARESCHI,Taís; ALVES Marcia Doralina; NAUJORKS, Maria Inês. Autismo e Políticas Públicas de Inclusão no Brasil. Journal of Resarch in Special Educational Needs. Vol. 16. Nº s1. 2016..
JESUS, A. de et al. A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso. Cairu, Bahia, p.111-222, 2/abr. 2009. Disponível em: <http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/inclusao_criancas_port_nec_especiais.pdf>. Acesso em: mar. 2023.
LOPES, G.; FACHADA, R. Atividade física para crianças autistas: Reconstruindo a base sócio-familiar. Efdeportes, São Paulo, v. 17, n. 173, 2012 Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd173/atividade-fisica-para-criancas-autistas.htm>. Acesso em: abr. 2023.
LOPES, T. B. Educação inclusiva e autismo: A educação Física como possibilidade educacional. Realize, Espirito Santo, v. n. 2011. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conaef/resumo.php?idtrabalho=22> Acesso em: mar. 2023.
MANTOAN, M. T. E. A Integração da Pessoa com Deficiência. São Paulo: Memmon, 2006.
MARQUEZE, L.; RAVAZZI, L. Inclusão de autistas nas aulas de Educação Física. Universo Autista, São Paulo, 2010 Disponível em: <http://www.universoautista.com.br/autismo/modules/articles/article.php?id=42> Acesso em: mar. 2023.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
OLIVEIRA, A.L DE; SILVA, M.P Da. O profissional de educação física e a responsabilidade legal que o cerca: fundamentos para uma discussão. São Paulo, 2005.
REASE. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. O papel do profissional de Eduação Física na vida do autista. São Paulo, 2021.
SANTOS, Michele. Representações sociais de professores sobre o autismo infantil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bv6LDyKtHK9Xf9fjsz9pDTv/?lang=pt> Acesso em: ago. 2023;
SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mundo Singular – Entenda o Autismo. Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.
TOMÉ, M. A educação física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal dos autistas. São Paulo, 2007 Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/autista_0.pdf.>. Acesso em: abr. 2023.
VOLKMAR, Fred R, WIESNER, Lisa A; Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento [recurso eletrônico] tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Maria Sonia Goergen- Porto Alegre; Artmed, 2019.